

Diagnóstico do Grau de Maturidade das Compras Governamentais

1 Dados do Município:

Nome do Município: Itambé

Grau de Maturidade Inicial (Visão): Incertezas

Grau de Maturidade Final (Após o Diagnóstico):

Nome	Email	Telefone
Carlos Eduardo Lima de Andrade	duandraddee@gmail.com	(81)99408-7670
Elisangela Pontes do Nascimento	elisangelapns@gmail.com	(81)99120-1132
Suzete Souza Rodrigues Cavalcante	Suzetesrcavalcante@gmail.com	(81)99713-9032

2 Objetivo

Avaliar a maturidade dos municípios em relação às práticas de planejamento, contratação e controle das compras públicas, com foco na conformidade com a Lei 14.133/2021 e na promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

3 Estrutura do Diagnóstico

O diagnóstico será composto por:

- Visão Geral das Compras governamentais e o Novo Paradigma das Contratações Públicas Previstas pela Lei 14.133/2021;
- Formulário estruturado com base nos artigos 1º ao 88 da Lei 14.133/2021;
- Avaliação da lógica de planejamento;
- Suporte para elaboração do Plano Anual de Compras;
- Integração com soluções do SEBRAE: Contrata+Brasil, Credenciamento e Compras Estratégicas;

4 Formulário Estruturado de Compras

4.1 Analise os principais aspectos Positivos e Negativos na sua política pública de compras governamentais do município

Veja orientações do facilitador quanto à forma de lapidação dos argumentos do município com base em escrutínio lógico/ racional, com suporte em inteligência artificial para organização de ideias.

- **Parte 1:** Check list com marcações sobre o tema (procure compor de 3 a 5 temas);

Transparência e acesso à informação: Portal de transparência atualizado com editais e contratos.

Conformidade legal: Adequação à nova Lei de Licitações.

Eficiência e agilidade dos processos; Processos ainda burocráticos e lentos.

- **Parte 2:** Transforme em argumentos completos que expressem a ideia do município sobre os temas abordados na parte 1.

A política de compras públicas do município de Itambé apresenta avanços importantes, como a transparência nos editais e contratos disponíveis no portal oficial e o uso do pregão eletrônico, que amplia a concorrência e reduz custos. Também segue a nova Lei de Licitações, o que garante mais segurança jurídica. No entanto, ainda há desafios, como a falta de informações detalhadas sobre a execução das compras e a baixa participação de pequenos fornecedores locais. Além disso, a burocracia e a lentidão dos processos podem prejudicar a eficiência. Assim, apesar dos progressos, a política ainda precisa ser aprimorada para garantir maior agilidade, inclusão e controle dos resultados.

4.1.1 Aspectos Positivos:

Preencha aqui

Parte 1: Portal de transparência atualizado com editais e contratos

Parte 2: Cumprimento da Lei de Acesso à Informação

4.1.2 Aspectos Negativos:

Preencha aqui

Parte 1: Falta de auditorias frequentes e indicadores de desempenho

Parte 2: Processos ainda burocráticos e lentos

4.1.3 Lições a serem aprendidas e objetivos de futuro

Preencha aqui

Parte 1: A experiência com a política de compras públicas do município de Itambé demonstra que a transparência e o uso do pregão eletrônico são práticas positivas que fortalecem a gestão e trazem economia aos cofres públicos. Contudo, observou-se que ainda há necessidade de ampliar o controle sobre a execução das compras, melhorar a divulgação dos resultados e incentivar a participação de micro e pequenas empresas locais. Também ficou evidente que processos burocráticos e lentos podem prejudicar a eficiência das contratações e o atendimento das demandas da população.

Parte 2: Para os próximos anos, o município deve buscar aperfeiçoar a política de compras por meio da criação de indicadores de desempenho, do fortalecimento da capacitação de servidores e fornecedores locais, e da adoção de ferramentas que tornem os processos mais ágeis e menos burocráticos. Além disso, é importante ampliar a fiscalização e o acompanhamento das licitações, garantindo maior transparência e resultados mais efetivos para a administração pública e para a comunidade.

4.1.3.1 Visão Geral de Futuro:

Preencha aqui

Parte 1: Atualmente, a política de compras públicas de Itambé apresenta avanços importantes em transparência e uso de ferramentas eletrônicas, mas ainda enfrenta desafios ligados à lentidão dos processos, pouca participação de fornecedores locais e falta de indicadores claros de desempenho. Esses fatores limitam o potencial das compras públicas como instrumento de desenvolvimento econômico e social no município.

Parte 2: A visão de futuro para o médio prazo é consolidar um sistema de compras mais moderno, transparente e eficiente, com maior inclusão de micro e pequenas empresas e uso de tecnologias que agilizem as contratações. O objetivo é transformar as compras públicas em uma ferramenta estratégica para gerar economia, fortalecer o comércio local e garantir que os recursos públicos sejam aplicados de forma justa e sustentável, beneficiando diretamente a população de Itambé.

4.1.3.2 Curto Prazo (um ano):

Preencha aqui

Parte 1: No curto prazo, o município de Itambé deve concentrar esforços em fortalecer a transparência e a organização dos processos de compras públicas. Isso inclui manter o portal da transparência sempre atualizado, padronizar a publicação dos editais e contratos e

promover a capacitação dos servidores que atuam na área de licitações. Também é importante revisar procedimentos internos para reduzir atrasos e simplificar etapas burocráticas que dificultam as contratações.

Parte 2: Com essas ações, espera-se alcançar uma gestão de compras mais ágil, transparente e eficiente já no primeiro ano. A meta é garantir que os processos licitatórios ocorram com maior participação de fornecedores, especialmente os locais, e que as aquisições atendam de forma mais rápida e eficaz às necessidades da população. Essas melhorias iniciais servirão de base para avanços mais amplos no médio prazo.

4.1.3.3 Médio Prazo: (Cinco Anos)

Preencha aqui

Parte 1: No médio prazo, o município de Itambé deve consolidar uma política de compras públicas mais moderna, eficiente e voltada para resultados. O foco deve estar na criação de um sistema integrado de gestão de compras, com indicadores de desempenho que permitam avaliar custos, prazos e qualidade das aquisições. Além disso, é importante ampliar a capacitação contínua dos servidores e incentivar a participação de micro e pequenas empresas locais, fortalecendo a economia do município.

Parte 2: Em cinco anos, espera-se que Itambé tenha um modelo de compras públicas mais transparente, ágil e sustentável, que valorize a competitividade e garanta o melhor uso dos recursos públicos. Com processos mais eficientes e maior inclusão de fornecedores locais, o município poderá gerar economia, estimular o desenvolvimento regional e aumentar a confiança da população na gestão pública.

4.1.3.4 Longo Prazo: (15 Anos)

Preencha aqui

Parte 1: No longo prazo, a visão para a política de compras públicas de Itambé é alcançar um modelo totalmente consolidado, inovador e sustentável. A meta é ter um sistema digital integrado, transparente e acessível, que permita o acompanhamento em tempo real de todas as etapas das licitações e contratos. Também se busca uma cultura administrativa mais eficiente, com servidores altamente capacitados e processos baseados em planejamento estratégico e responsabilidade social.

Parte 2: Em 15 anos, espera-se que Itambé seja referência em gestão de compras públicas, com processos automatizados, participação ampla de fornecedores e total transparência para

a população. O objetivo é transformar as compras governamentais em um instrumento permanente de desenvolvimento econômico, inclusão social e fortalecimento da confiança entre governo e cidadãos, garantindo o uso ético e eficiente dos recursos públicos.

FORMULÁRIO DE DIAGNÓSTICO – GRAU DE MATURIDADE EM COMPRAS GOVERNAMENTAIS POR TEMA

Finalidade: Identificar o estágio de maturidade institucional dos municípios pernambucanos em relação às práticas de contratação pública.

4.2 Eixos de Avaliação:

4.2.1 Governança e Planejamento das Contratações

4.2.1.1 Aspectos Positivos

Parte 1: Itambé tem avançado na transparência e na modernização das contratações, com o uso do pregão eletrônico e o cumprimento da nova Lei de Licitações, o que melhora a organização e a competitividade dos processos.

4.2.1.2 Aspectos Negativos

Parte 1: Ainda há falhas no planejamento, falta de indicadores de desempenho e pouca integração entre setores. Além disso, a participação de pequenas empresas locais ainda é limitada, o que reduz o impacto econômico das compras públicas.

4.2.1.3 Alternativas de Solução

Parte 1: Para melhorar a governança e o planejamento das contratações em Itambé, é importante investir na capacitação dos servidores e na criação de indicadores de desempenho que permitam avaliar os resultados das compras. Também é necessário integrar melhor os setores envolvidos, adotar ferramentas digitais para agilizar os processos e simplificar as exigências para facilitar a participação de micro e pequenas empresas locais. Essas ações podem tornar as contratações mais eficientes, transparentes e voltadas ao desenvolvimento do município

4.2.2 Capacitação e Gestão de Pessoas

4.2.2.1 Aspectos Positivos

Parte 1: O município de Itambé tem demonstrado interesse em qualificar seus servidores, promovendo melhorias na organização e no cumprimento das normas legais nas contratações públicas. A presença de equipes dedicadas ao setor de licitações mostra um esforço para profissionalizar a gestão e garantir mais eficiência nos processos.

4.2.2.2 Aspectos Negativos

Parte 1: Ainda há carência de treinamentos contínuos e especializados, o que pode gerar falhas operacionais e atrasos nos processos. A rotatividade de servidores e a falta de incentivos também dificultam a criação de uma equipe estável e experiente. Além disso, a ausência de um plano estruturado de capacitação limita o desenvolvimento técnico e estratégico dos profissionais da área.

4.2.2.3 Alternativas de Solução

Parte 1: Para melhorar a capacitação e a gestão de pessoas em Itambé, é essencial criar um plano permanente de treinamento voltado para as áreas de licitações e gestão pública. A realização de cursos, oficinas e parcerias com órgãos de controle ou instituições de ensino pode fortalecer as competências dos servidores. Também é importante adotar políticas de valorização e incentivos, promovendo a estabilidade das equipes e o comprometimento com resultados. Essas ações ajudarão a tornar a gestão mais profissional, eficiente e alinhada às boas práticas de administração pública.

4.2.3 Gestão de Riscos e Controle Interno

4.2.3.1 Aspectos Positivos

Parte 1: O município de Itambé tem seguido as exigências legais de controle interno, mantendo registros e publicações de licitações e contratos em seu portal da transparência. Isso demonstra um esforço em garantir segurança e visibilidade aos processos. Além disso, há atenção crescente às normas da nova Lei de Licitações, que exige práticas de gestão de riscos e maior responsabilidade administrativa.

4.2.3.2 Aspectos Negativos

Parte 1: Apesar dos avanços, ainda há fragilidade na identificação e no monitoramento de riscos nas contratações. Falta um sistema estruturado de controle interno preventivo e auditorias regulares para detectar falhas antes que causem prejuízos. A limitação de pessoal

técnico e a ausência de ferramentas específicas de acompanhamento também reduzem a efetividade do controle e a confiabilidade das informações.

4.2.3.3 Alternativas de Solução

Parte 1: Para fortalecer a gestão de riscos e o controle interno em Itambé, é necessário implementar um sistema de monitoramento contínuo das contratações, com identificação e avaliação preventiva de possíveis falhas. A criação de um setor ou equipe específica de controle interno, com servidores capacitados, ajudaria a garantir maior segurança e transparência nos processos. Além disso, a adoção de ferramentas digitais e auditorias periódicas pode melhorar o acompanhamento das licitações e contratos, reduzindo riscos e aumentando a eficiência da gestão pública.

4.2.4 Digitalização e Sistemas

4.2.4.1 Aspectos Positivos

Parte 1: Itambé tem avançado na digitalização dos processos de compras públicas, utilizando o pregão eletrônico e divulgando editais e contratos em seu portal da transparência. Essas ações facilitam o acesso às informações, aumentam a competitividade e reduzem a burocracia nas contratações.

4.2.4.2 Aspectos Negativos

Parte 1: Apesar dos progressos, ainda existem limitações tecnológicas, como a falta de integração entre sistemas e a carência de ferramentas mais modernas para gestão e acompanhamento dos processos. Além disso, parte dos servidores ainda precisa de capacitação para lidar com os sistemas digitais, o que pode dificultar o pleno aproveitamento dessas ferramentas.

4.2.4.3 Alternativas de Solução

Parte 1: Para aprimorar a digitalização e os sistemas de gestão em Itambé, é importante investir na modernização das plataformas utilizadas nas compras públicas, integrando setores e etapas do processo em um único sistema. A adoção de softwares de gestão mais completos e seguros pode aumentar a agilidade e a transparência das contratações. Também é essencial capacitar os servidores no uso dessas ferramentas digitais, garantindo maior eficiência e redução de erros. Essas medidas tornarão a administração pública mais moderna, acessível e alinhada às boas práticas de governo digital.

4.2.5 Sustentabilidade e Inclusão Econômica

4.2.5.1 Aspectos Positivos

Parte 1:

Parte 2:

4.2.5.2 Aspectos Negativos

Parte 1:

Parte 2:

4.2.5.3 Alternativas de Solução

Parte 1:

Parte 2:

4.2.6 Integração com MPE e Desenvolvimento Local

4.2.6.1 Aspectos Positivos

Parte 1:

Parte 2:

4.2.6.2 Aspectos Negativos

Parte 1:

Parte 2:

4.2.6.3 Alternativas de Solução

Parte 1:

Parte 2:

4.2.7 Aderência à Lei 14.133/2021

4.2.7.1 Aspectos Positivos

Parte 1:

Parte 2:

4.2.7.2 Aspectos Negativos

Parte 1:

Parte 2:

4.2.7.3 Alternativas de Solução

Parte 1:

Parte 2:

PERGUNTAS CHAVES

Governança e Planejamento:

- Quais são as alternativas de suporte ao planejamento da Contratação do Sebrae;
- O município elabora e publica o PCA no PNCP? (Sim / Não / Em construção)
- Existe integração entre o setor de planejamento e o setor de compras?

Digitalização:

- Quais sistemas o município utiliza para compras públicas?
 - () compras.gov.br
 - () PNCP
 - () Sistema próprio
 - () Não utiliza sistemas digitais

Inclusão Econômica (perguntas Lei Complementar 123/2006):

- Qual a interação com a Sala do Empreendedor na divulgação de compras;
- Qual a interação e informação dos fornecedores para fazer frente às oportunidades do Município;
- São aplicados todos os benefícios da Lei Complementar 123/2006;
- Quais são as estratégias de desenvolvimento local e regional?
- Qual a integração das políticas públicas de sustentabilidade, agricultura familiar e desenvolvimento econômico das MPE.

Assinatura das Equipes que participaram deste processo de diagnóstico.

Atenção: Isso representa apenas o resultado da atividade prática da dinâmica realizada em sala de aula, não correspondendo à posição oficial do município sobre o tema